



Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil

Rachel de Faria Brino
Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

RESUMO - Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. O enfoque do artigo foi a prevenção do abuso sexual infantil na área educacional. O objetivo foi realizar e avaliar um programa de intervenção para professores no sentido de capacitá-los a atuar como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. Participaram 101 professores da Educação Infantil da rede municipal de ensino, 2.918 crianças, alunos dos professores e 2.732 familiares das crianças. O programa foi elaborado a partir de outras experiências avaliadas e descritas na literatura, e foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município. Os professores participaram de 12 encontros semanais ao longo de três meses e desenvolveram atividades práticas com as crianças e os familiares acerca da prevenção do abuso sexual infantil. Os dados da avaliação apontaram um impacto positivo na escola e na comunidade.

Palavras-chave: Sexualidade infantil – Abuso – Prevenção. Professor – Formação. Educação sexual.

ABSTRACT - Teachers as Children Sexual Abuse Prevention Agents. This paper deals with the prevention of child sexual abuse in the educational area. The objective was to implement and assess an intervention program to enable pre-school teachers to act as child sexual abuse primary prevention agents. 101 pre-school teachers of the Public School System, 2.918 children, students of such teachers, and 2.732 family members of the children participated of the program. The program was developed based on experiences of other programs developed, evaluated and described in the literature. A partnership with the municipality's Education Board was developed. Teachers participated of 12 weekly meeting, throughout three months and developed practical activities with the children and their family members on prevention of the child sexual abuse. Assessment data pointed out that program had a positive impact in the school and the community.

Keywords: Childhood Sexuality – Abuse – Prevention. Teacher – Training. Sex education.

Introdução

A despeito da visibilidade que a questão do abuso sexual tem alcançado nos meios de comunicação atualmente, a discussão sobre como reconhecer, denunciar e lidar com suspeitas ou confirmações de que uma criança esteja sendo abusada sexualmente ainda parece tímida e não faz parte, consistentemente, das esferas da educação e da saúde. No país, não há registros de programas amplos de prevenção do abuso sexual infantil no âmbito educacional, ou sequer no âmbito da saúde. Nesse sentido, destaca-se uma iniciativa do Governo Federal ao editar um Guia Escolar para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual (Brasil, 2004). O material foi distribuído para as escolas e contém informações acerca da prevenção do abuso sexual. No entanto, não foram desenvolvidos programas que utilizassem o guia, ficando a decisão sobre o uso ou não do mesmo a critério dos profissionais. Além disso, também não foram criadas medidas avaliativas sobre a eficácia da distribuição do mesmo para as escolas.

Esse quadro parece se dever a um descaso dos órgãos públicos no enfrentamento do problema, agravado pela falta de capacitação dos profissionais envolvidos com a questão do abuso sexual, o que promove um “jogo de empurra” entre os profissionais e as instituições ao se depararem com uma suspeita de abuso sexual (Araújo, 2002). A elaboração de programas de prevenção do abuso sexual infantil não tem como suporte, portanto, indicações de programas desenvolvidos no contexto brasileiro. O ponto de partida possível são os programas desenvolvidos em outros países, que já tratam, há algum tempo, a prevenção do abuso sexual infantil com mais seriedade e consistência.

Os programas de prevenção primária do abuso sexual tiveram início na década de 1970, nos Estados Unidos, e continuam crescendo, mesmo considerando-se as críticas de que eles não têm demonstrado atingir sua meta (Gibson; Leitenberg, 2000). Em contraste, são raras as publicações de relatos brasileiros de pesquisa na área de prevenção primária de abuso sexual; encontrando-se alguns estudos referentes à prevenção secundária e terciária (Padilha; Gomide, 2004; Brino; Williams, 2003b; Brino; Williams, 2003a).

Segundo diversos autores (Wurtele et al., 1991, Wurtele et al., 1992; Wurtele; Kast; Melzer, 1992), a efetividade dos programas que envolvem pais como instrutores dependem da inclusão de estratégias como exposição comportamental e demonstração de modelos de autoproteção, ou seja, os pais aprendem a ensinar a seus filhos como se autoprotegerem, simulando a situação de aproximação de um agressor e verificando as respostas dadas pela criança, procurando modelar as que consideram adequadas. A apresentação aos pais de como se deve ensinar formas de autoproteção para as crianças por profissionais capacitados parece, também, garantir maior efetividade aos programas.

Estudos demonstraram que, quando são usadas aproximações comportamentais, tais como modelos, exposição e encorajamento social, as

crianças de 0 a 6 anos podem aprender habilidades de defesa pessoal (Harvey et al. 1988; Stiwell; Lutzker; Greene, 1988; Kraizer; Witte; Fryer Jr., 1989; Wurtele et al. 1989; Wurtele, 1990). O abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido. Tais programas para crianças têm sido usados na América do Norte em escolas, envolvendo todas as idades, incluindo o jardim de infância (Wolfe, 1998). No Brasil, há um único estudo acerca de um programa de prevenção do abuso sexual para pré-adolescentes e adolescentes (Padilha, 2007).

Esses programas diferem em formato e estilo, variando de uma a doze sessões, utilizando livros, filmes, teatros, discussões em classe, *role-play* e dramatizações. Tratam, geralmente, de conceitos sobre o domínio do corpo, o toque, dizer “não”, procurar ajuda e relatar o acontecido para alguém. Alguns programas focam a auto-estima e a autoproteção, evitando direcionar para a discussão da sexualidade (Wolfe, 1998).

Entretanto, algumas vezes, instruções explícitas sobre aspectos sexuais do abuso sexual são defendidas considerando-se que a autoproteção requer que as crianças sejam hábeis em reconhecer situações abusivas (Finkelhor, 1986). O aspecto da inclusão ou não de conteúdos explicitamente sexuais relaciona-se diretamente à faixa etária da criança, reconhecendo-se as dificuldades de entendimento de tais conteúdos por crianças muito pequenas ou de faixas etárias mais jovens e a inadequação de temas para o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra (Finkelhor, 1986; Fryer; Kraizer; Miyoshi, 1987; Lidchi, 2004; Wolfe, 1998).

Parece ser importante ensinar o que é comportamento abusivo e como se proteger de aproximações abusivas com outros, incluindo-se pessoas conhecidas e não somente estranhos, além das conseqüências de se levar outras crianças a se engajarem em comportamentos sexuais (Gordon; Schroeder, 1995). Parece fundamental, também, ensinar a criança a ser assertiva e a tomar decisões adequadas no contexto das relações sexuais e sociais, assim como seguir regras simples e concretas (Fryer; Kraizer ; Miyoshi, 1987).

Wurtele (1987) apontou características necessárias a um programa de prevenção que incluiriam materiais impressos, dramatizações, leituras e discussões, além de material audiovisual. Todas as considerações acima levam às questões: quais estratégias são mais efetivas para ensinar às crianças habilidades para se proteger? Como ensinar novas habilidades e informações, assegurando que essas sejam mantidas no repertório?

Antes da intervenção, devem-se considerar os conhecimentos e habilidades prévias das crianças, além da faixa etária. Outro ponto importante é considerar que não é suficiente que a criança saiba reconhecer apenas que um desconhecido não pode tocar suas partes íntimas, uma vez que há uma alta ocorrência de abuso sexual intrafamiliar (Wolfe, 1998).

Um dos aspectos mais cruciais de programas voltados para a criança é a constatação de que apenas obter informações não é o mesmo do que ter

habilidades para se proteger. As habilidades necessárias à criança envolveriam respostas às seguintes perguntas: como avaliar respostas comportamentais e verbais que sinalizam a possibilidade de abuso sexual? Como responder em diferentes situações abusivas? Como resistir a requisições inapropriadas dos adultos? (Wolfe, 1998). A mesma autora (Wolfe, 1998) aponta que os programas relatados na literatura, geralmente aumentam o conhecimento sobre segurança, mas são menos consistentes em demonstrar a aquisição de habilidades. Sendo assim, como planejar programas para se promover a aquisição de habilidades?

Os programas que abordam conceitos concretos e envolvem exposição comportamental (demonstração de comportamentos e avaliação da sua adequação), incluindo o uso de modelos, parecem ser os mais efetivos, no sentido de assegurarem a aquisição de habilidades e de conhecimentos, além de sua manutenção posterior. A exposição comportamental parece ser particularmente essencial para uma intervenção efetiva (Wolfe, 1998).

Wurtele e Saslawsky (1986) avaliaram quatro tipos diferentes de programas: no primeiro, era apenas utilizado um filme; no segundo, eram usados um programa de capacitação acerca de habilidades comportamentais, exposição comportamental e reforçamento social; no terceiro, as duas técnicas eram combinadas; e no quarto, não houve a capacitação acerca de habilidades comportamentais. O segundo e o terceiro programas foram mais eficazes do que o primeiro ou o quarto, revelando a importância de se incluir uma capacitação na área de habilidades comportamentais para a prevenção do abuso sexual.

A última recomendação considera que os pais devem ser envolvidos na capacitação, pois podem aumentar a efetividade do programa, particularmente se as crianças forem mais jovens. Nesse caso, pais e escola devem trabalhar conceitos similares. Elroad e Rubin (1993) assinalam o que os pais desejam saber sobre abuso sexual: como identificar abuso sexual, como reagir aos sinais de abuso sexual e como conseguir informações precisas da criança sem ocasionar falsas alegações.

Os pais podem, efetivamente, ensinar crianças de 0 a 6 anos habilidades necessárias, além de reconhecer e responder a gestos sexuais inapropriados. Entretanto, pais de crianças de 0 a 6 anos precisam de consultoria e encorajamento por profissionais para terem uma instrução completa (Wurtele; Saslawsky, 1986). Adicionalmente ao envolvimento da escola, programas envolvendo a família também precisam ser desenvolvidos e avaliados (Wurtele; Kast; Melzer, 1992). Os programas que combinam a instrução de professores e dos pais, incluindo as estratégias de exposição comportamental e modelos, parecem demonstrar maior efetividade (Wurtele et al., 1991; Wurtele et al., 1992).

Como benefícios de tais programas, há a ocorrência da auto-revelação do abuso pela criança. Algumas variáveis são apontadas como intervenientes na revelação: percepção de que os pais podem não acreditar, medo do efeito na família, medo de punição, culpa, lealdade ao agressor, vergonha e desamparo (Cunningham; Sas, 1995). Já as crianças que revelam imediatamente indicam, como um dos fatores para que isso ocorra, a capacitação prévia, ou seja, a

participação em programas de prevenção de abuso sexual. As próprias crianças declararam que a participação prévia foi responsável pela auto-revelação (Wolfe, 1998).

O envolvimento de educadores como agentes de prevenção parece ser outro aspecto importante. Devido às dificuldades da criança em revelar a ocorrência do abuso sexual para os membros da família e, considerando-se que a maioria dos casos de abuso sexual infantil é intrafamiliar (Reppold et al., 2002), muitas vítimas podem recorrer à ajuda ou suporte fora da família. Em virtude da acessibilidade dos professores às crianças, de serem melhores instrutores do que outros profissionais que lidam com elas e pelo fato de permanecerem pelo menos um ano com a mesma criança, educadores podem ser capacitados a ser instrutores de identificação e estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988). Além disso, o professor permanece atuando com crianças após a capacitação, mesmo que a cada ano dê aulas a novas crianças, o que garante uma continuidade ao trabalho.

A escolha de professores de Educação Infantil para o desenvolvimento do presente estudo leva em conta a demora na revelação da ocorrência do abuso. A média de idade das crianças abusadas sexualmente aparece mais elevada nas pesquisas, e o fato de que do primeiro contato sexual até a revelação pode decorrer muito tempo, sugere-se que o primeiro pode ter acontecido em uma faixa etária bem mais jovem (Cunningham; Sas, 1995). Parece ser necessário, portanto, capacitar professores de crianças pequenas, abaixo dos seis anos de idade, considerando-se a importância de uma intervenção o mais cedo possível, habilitando-os também a capacitar crianças susceptíveis à ocorrência de atos abusivos.

Além disso, crianças menores (com até seis anos de idade) apresentam mais dificuldade em relatar o abuso, pois não têm condições cognitivas e verbais necessárias para articular a violência e proporcionar recordações dos eventos (Vogeltanz; Drabman, 1995). Dessa maneira, professores capacitados poderiam identificar, mais precocemente, sintomas do abuso nessa faixa etária e promover uma intervenção precoce, com o intuito de evitar ou amenizar as conseqüências imediatas do abuso sexual (Fagot et al., 1989).

É importante a capacitação de profissionais em programas de prevenção do abuso sexual, habilitando-os a detectar e avaliar casos adequadamente, sendo essa uma etapa fundamental das metodologias gerais nos trabalhos de prevenção (Goicoechea, 2001). A realização de capacitação para se defender da ocorrência de abuso sexual nas escolas engloba uma larga faixa etária de crianças, além de um grande número de possíveis vítimas.

Programas de prevenção de abuso sexual de grande alcance que contam com professores para ensinar as crianças a adquirir habilidades necessárias para se protegerem de possíveis ocorrências de abuso parecem atingir um grande número de crianças e possibilitar a redução da possibilidade de abuso (Wurtele, 1987). Além disso, a proximidade e confiança das crianças em relação

ao professor parecem garantir uma eficácia maior tanto na adesão ao curso, como nos resultados obtidos.

Com o envolvimento de educadores e da escola, pode-se perguntar qual a efetividade de um ensino de habilidades para pais e crianças sobre abuso sexual infantil realizado pelos profissionais da educação. É bastante raro encontrar educadores com capacitação acerca do abuso sexual infantil. Tal discussão começa a ganhar terreno, timidamente, nos espaços escolares e nas salas de aula. Planejar, realizar e avaliar um programa com as estratégias apontadas pelos estudos anteriores parece ser um caminho possível para se verificar a eficácia de se capacitar profissionais e crianças para evitarem a ocorrência do abuso sexual.

A Pesquisa

O objetivo do estudo foi realizar e avaliar um programa de intervenção no sentido de capacitar professores de educação infantil a atuarem como agentes de prevenção do abuso sexual infantil, de forma a: a) promover a aquisição de habilidades de auto-proteção em crianças e b) habilitar familiares a reconhecer sinais de ocorrência de abuso sexual e formas de proteção à criança. 101 professores (97 do sexo feminino e quatro do sexo masculino) de Escolas Municipais Infantis (EMEI's) do Município de São Carlos participaram do programa de intervenção acerca do abuso sexual e responderam aos instrumentos para a sua avaliação; e 2.918 alunos desses professores.

Os instrumentos utilizados para avaliar o programa foram: Indicadores de Abuso Sexual, desenvolvido por Flores, Kristensen, Toson, Galarraga, Lima, Abreu, Vieira, Both e Paladini (2001) que consistia em uma escala que contém 35 sinais e sintomas específicos e inespecíficos correspondentes à ocorrência de abuso sexual infantil; *Exercício sobre Abuso Sexual para Professores*, elaborado pelas autoras e que consistia em dois exercícios a serem respondidos pelo professor, relatando situações imaginárias em que o professor e um respectivo aluno estariam envolvidos em uma suspeita de abuso sexual, questionando como o professor procederia diante de tal situação; *Exercício sobre Abuso Sexual para Familiares*, elaborado pelas autoras e que consistia em um exercício a ser respondido pelo familiar, relatando uma situação imaginária, em formato de história, envolvendo a mãe e seu filho em uma suspeita de abuso sexual, questionando as atitudes da mãe diante da situação descrita; *Exercício sobre Aquisição de Habilidades de Autoproteção em Crianças*, elaborado pelas autoras e que consistia em um exercício composto por uma história que retratava uma situação envolvendo a criança e alguém que fazia algo de que ela não gostava e/ou aprovava, sendo questionado o que a criança faria e/ou diria. Adicionalmente, havia uma série de questões acerca das atitudes da criança diante de ameaças, solicitações de segredo e citações de nomes de pessoas com as quais ela poderia contar.

O programa de capacitação foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, obtendo aprovação. Em um primeiro momento, foi realizado o programa de capacitação com 52 professores (Turma 1) divididos em três grupos distintos (dois com 18 participantes e um grupo com 17). Em um segundo momento, o programa foi realizado novamente com mais 49 professores (Turma 2), também divididos em três grupos (um com 17 participantes e dois grupos com 16). Os professores das duas turmas participaram de 12 encontros semanais com duração de quatro horas cada, envolvendo questões básicas acerca dos abusos contra crianças, do abuso sexual em específico e de ações preventivas relacionadas à questão, denominada parte *teórica* do programa. Nos três últimos encontros, foi planejada a parte *prática* do programa a ser realizada pelos professores com os familiares e as crianças (alunos). Cada professor participante do programa realizou duas oficinas sobre a prevenção do abuso sexual infantil, de quatro horas cada, para os familiares das crianças, e duas oficinas acerca de habilidades de autoproteção para os respectivos alunos, também de quatro horas cada.

Antes do primeiro encontro do programa de capacitação, o professor preencheu o IAS (Indicadores de Abuso Sexual) para obtenção de um desempenho pré-intervenção. O mesmo instrumento foi reaplicado depois de transcorridos seis encontros, e novamente após o último encontro (12º encontro), correspondente às atividades teóricas do Programa de Intervenção. Na segunda turma, além do IAS, os professores também preencheram o *Exercício sobre Abuso Sexual para Professores* antes do primeiro encontro e após o último.

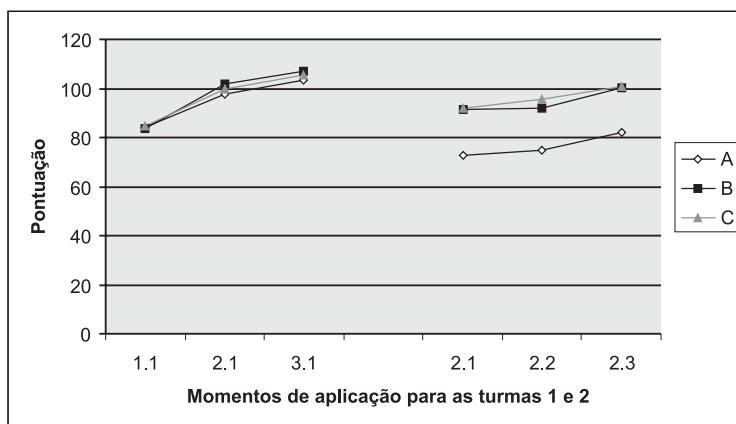
Cada um dos professores da Turma 1 aplicou em um familiar presente em sua oficina, antes e depois da intervenção, uma série de questões acerca de sinais e sintomas que a criança que pode estar sendo abusada sexualmente poderia apresentar e outras relacionadas a medidas para a sua proteção. Na segunda turma, antes e depois das oficinas, cada professor solicitou a um familiar que preenchesse o IAS. Além disso, também ao familiar o preenchimento do *Exercício sobre Abuso Sexual para os Familiares*.

No início da intervenção com as crianças e no final dessa, os professores das duas turmas aplicaram o *Exercício sobre Aquisição de Habilidades de Autoproteção para as Crianças*. As crianças eram questionadas pelos professores e esses preenchiam o exercício.

Resultados e Discussão

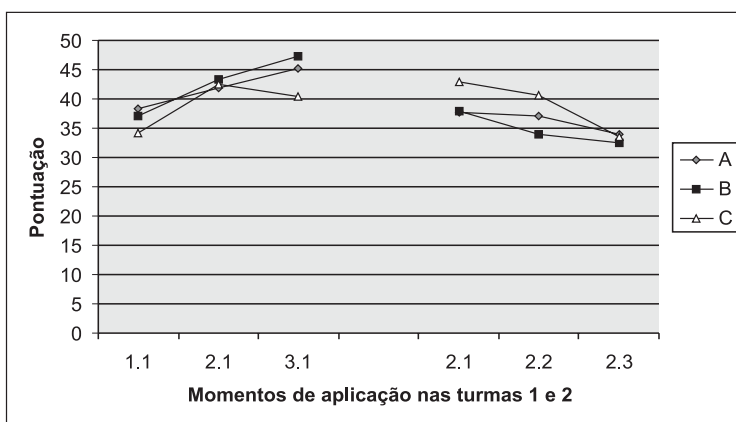
As médias obtidas nos três momentos de aplicação do IAS pelos participantes dos três grupos de professores (A, B e C), considerando-se as Turmas 1 e 2 em relação aos itens específicos do IAS, estão apresentadas na Figura 1.

Figura 1 – Pontuação Média nos Itens Específicos Obtida pelos Grupos A, B e C das Turmas 1 e 2 de Professores nos Três Momentos de Aplicação do IAS.



Para a análise das pontuações médias dos itens específicos do IAS, foi aplicado o teste de Friedman¹ e constatou-se diferença significativa em nível de até 5% de confiança entre a primeira e terceira aplicações, quando os dados são das pontuações médias dos itens específicos, ou seja, há diferença estatisticamente significativa entre as pontuações médias obtidas na primeira e na terceira aplicação para os itens específicos do IAS. Portanto, há uma tendência estatisticamente significativa de crescimento nos três grupos (A, B e C) na pontuação para os itens específicos entre o primeiro e o terceiro momento de aplicação do instrumento nas duas turmas de professores (Figura 1).

Figura 2 – Pontuação Média nos Itens Inespecíficos Obtida pelos Grupos A, B e C das Turmas 1 e 2 de Professores nos Três Momentos de Aplicação do IAS



Nos itens inespecíficos, a pontuação deveria decrescer, ou seja, os participantes deveriam assinalar a menor pontuação possível, pois os itens não eram fortes indicativos de que o abuso sexual poderia ter ocorrido ou estar ocorrendo. Sendo assim, a pontuação máxima seria de 12 pontos se o participante assinalar 1 em cada um dos 12 itens considerados inespecíficos; e a mínima de 60 pontos se o participante assinalar 5 em cada um dos 12 itens inespecíficos. Para os itens inespecíficos em relação ao abuso sexual, as médias obtidas nos três momentos de aplicação pelos participantes dos três grupos das Turmas 1 e 2 estão apresentadas na Figura 2.

Para a comparação das pontuações médias dos itens inespecíficos de IAS, foi aplicado o teste de Friedmann e constatou-se que não ocorreram diferenças significativas até o nível de 5% de significância entre as três aplicações. Portanto, em todos os grupos das duas turmas, as diferenças nas médias obtidas nos diferentes momentos de aplicação do IAS para os itens inespecíficos não foram estatisticamente significativas.

É possível que tanto os itens específicos quanto os inespecíficos sejam identificados como indicativos de abuso sexual em um primeiro momento. Uma possível explicação pode estar relacionada ao “estado de alarme” em que o profissional se encontrava quando iniciava uma reflexão sobre a questão do abuso sexual. Para muitos profissionais, parece ser difícil discriminar sintomas indicativos de abuso daqueles que não são, se, ao menor sinal de problemas da criança, o profissional já se alarmava, julgando estar diante de um caso de suspeita de abuso. Quando o professor passa a falar e a pensar sobre o assunto abuso sexual infantil, parece que uma “luz vermelha” se acende e todos os sinais à sua volta são indicativos de abuso, sendo necessário um tempo prolongado de reflexão para que a distinção dos sintomas realmente indicativos de abuso sexual se processe.

A partir desses dados, pode-se indicar que nos itens inespecíficos, possivelmente, os participantes necessitassem de um tempo mais prolongado de capacitação e de novas aplicações do instrumento a fim de medir se haveria decréscimo estatisticamente significativo nas pontuações. Há, portanto, a possibilidade de investigações futuras utilizando-se a escala (IAS) em períodos mais prolongados de capacitação e aplicação do instrumento a fim de verificar se é possível que os participantes diferenciem itens específicos de inespecíficos.

Uma outra consideração relevante se refere ao fato de que, em nenhum dos grupos das duas turmas, os participantes pontuaram 115 para os itens específicos e/ou 23 pontos para os itens inespecíficos, ou seja, nenhum participante alcançou a pontuação considerada máxima nos itens específicos e nos inespecíficos em todos os momentos de aplicação do IAS. Alguns estudos apontam que, quando capacitados, os professores aumentam seus conhecimentos acerca do abuso sexual, mas isso não se reflete em aumento de denúncias ou em ações de proteção à criança (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988; Haugaard; Reppucci, 1989; Hazzard, 1984; Hazzard; Rupp, 1986; Stilwell; Lutzker; Greene, 1988; Wurtele et al. 1991). Se, quando capacitados, os professores melhoraram seus conhecimentos, mas não expressivamente, ou seja, não

alcançaram o máximo esperado, os reflexos no agir podem ser ainda mais insuficientes no sentido de encaminhar e identificar suspeitas de abuso sexual contra crianças. A hipótese que se levanta, portanto, é que talvez seja necessário chegar ao máximo de pontuação no instrumento para tentar garantir ações mais eficazes na proteção integral das crianças e adolescentes.

O *Exercício sobre Abuso Sexual para Professores* foi aplicado somente nos participantes da 2ª Turma. Em relação a atitudes e procedimentos a serem tomados diante de uma suspeita de abuso sexual, simulados no exercício, a porcentagem de respostas adequadas dadas depois das oficinas atingiu quase 100%. As atitudes apresentadas como respostas e consideradas adequadas e inadequadas foram categorizadas e estão apresentadas na Tabela 1. As categorias consideradas como respostas adequadas envolvem medidas de cuidado ao se fazer uma denúncia e formas de proteção à criança.

Tabela 1 – Categorias de Respostas Apresentadas pelos Professores em Relação a Atitudes e Procedimentos a Serem Tomados Diante de Uma Suspeita de Abuso Sexual.

Atitudes e Procedimentos	
Adequados	Inadequados
<ul style="list-style-type: none"> - comunicar à direção e denunciar ao Conselho Tutelar; - observar a criança, comunicar à direção da escola e levar ao Conselho Tutelar ; - solicitar auxílio de um psicólogo e denunciar ao Conselho Tutelar; - observar a criança e solicitar auxílio profissional; levar para a direção, conversar com o psicólogo e denunciar; - observar o comportamento da criança, conversar com a direção da escola e denunciar ao Conselho Tutelar. 	<ul style="list-style-type: none"> - chamar os pais para uma conversa sobre o abuso; - conversar com a criança sobre o abuso; - não sabe o que faria.

A categoria mais completa apresentada pelos participantes envolve cinco ações diferentes, mas relacionadas, que seriam: a) observar a criança, ou seja, quais comportamentos ela está apresentando, se os mesmos se relacionam à suspeita de abuso e se persistem; b) solicitar auxílio de um profissional capacitado que possa corroborar a suspeita; c) levar ao conhecimento da direção da escola; d) conversar com um psicólogo, no sentido também de encaminhamento da criança; e) denunciar aos órgãos competentes. A combinação dessas cinco ações parece garantir a proteção inicial da criança, na medida em que o professor “estuda” a suspeita de abuso juntamente com outros profissionais e, ao assegurar-se de que há uma suspeita consistente, solicita apoio institucional e faz a denúncia.

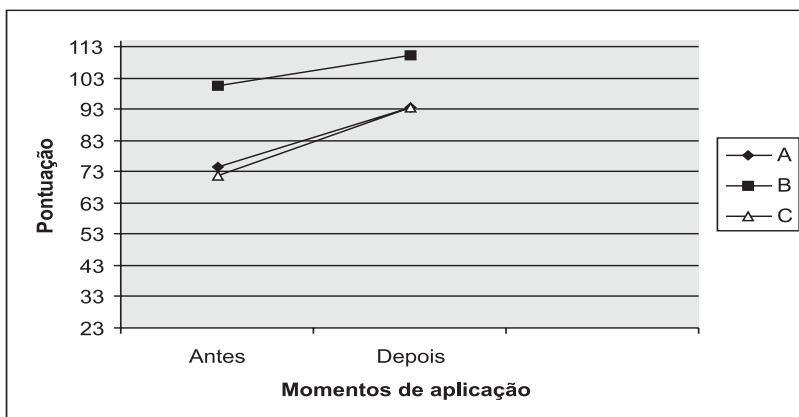
No que diz respeito às ações inadequadas apontadas pelos participantes, *chamar os pais para uma conversa* pode gerar resultados que não garantem a proteção da criança. Cabe lembrar que a literatura aponta que a maioria dos casos

de abuso ocorre dentro da família (Williams; Brino, 2004; Brino; Williams, 2003a; Drezett, 2000; Flores, 1998; Franco dos Santos, 1997). Se os pais estiverem envolvidos no abuso, corre-se o risco de que a criança seja retirada da escola e afastada do convívio escolar, dificultando a ação de denunciar. Outro possível desdobramento são ameaças ao profissional da escola, o que coloca em risco a sua própria integridade.

A categoria *conversar com a criança sobre o abuso* é considerada inadequada, pois, se o profissional não tiver capacitação para tanto, ele pode sugerir para a criança fatos que não aconteceram, prejudicando o seu desenvolvimento e sua saúde mental. Se a criança estiver sofrendo ameaças por parte do agressor, ela terá dificuldades em se abrir e relatar o abuso, sendo inócua tal ação. Além disso, a não abordagem de temas como a violência e os abusos contra crianças durante a formação de professores e a falta de capacitação desses para lidar com crianças sexualmente abusadas sugerem que tal atitude é inadequada e pode causar danos à criança (Lerner, 2000). A categoria *não sabe o que faria* é considerada inadequada por razões explícitas: o profissional que não tem conhecimento sobre o que fazer em caso de suspeita de abuso sexual infantil poderá agir inadequadamente ou, simplesmente, não tomar atitude alguma, o que também pode ser bastante prejudicial à criança, ferindo inclusive a legislação vigente (Brasil, 1990).

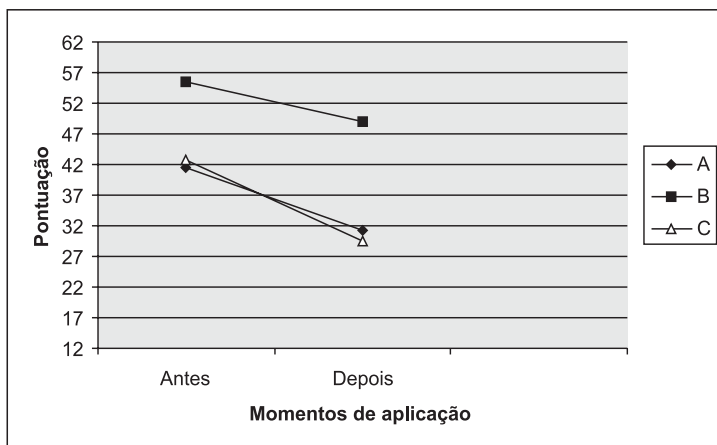
O Indicadores de Abuso Sexual foi aplicado aos familiares somente na segunda turma. A pontuação obtida nos diferentes momentos de sua aplicação refere-se a dois conjuntos diferentes de itens. Em relação aos itens positivos, ou seja, àqueles específicos ao abuso sexual, que apresentam forte relação com a ocorrência de um ato sexualmente abusivo. A pontuação média obtida pelos participantes dos três grupos nos diferentes momentos de aplicação para os itens específicos está apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Pontuação dos Três Grupos de Familiares (A, B e C) nos Itens Específicos do IAS.



Para os itens inespecíficos em relação ao abuso sexual, a pontuação média obtida pelos participantes dos três grupos nos diferentes momentos de aplicação está apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Pontuação dos Três Grupos de Familiares (A, B e C) nos Itens Inespecíficos do IAS.



Para as pontuações médias dos itens específicos e inespecíficos de IAS, foi aplicado o teste de Wilcoxon² e constatou-se não haver diferenças estatisticamente significativas entre as médias obtidas nas aplicações antes e depois das oficinas. Possivelmente, a realização das oficinas para os familiares não foi suficiente para promover modificações no seu conhecimento sobre sinais e sintomas do abuso sexual.

Pode-se supor que o próprio desempenho dos professores no IAS, ao longo do curso de capacitação, tenha repercutido em sua maneira de trabalhar os sinais e sintomas durante as oficinas com os familiares, ou seja, se houve dificuldade de mudanças e de discriminação entre itens específicos e inespecíficos para os professores, tais dificuldades podem ter afetado a condução das oficinas para os familiares, prejudicando o seu desempenho no preenchimento do instrumento. Além disso, foram realizadas duas oficinas por um período de menos de um mês; portanto, a exigüidade de tempo e a limitação a duas aplicações do instrumento podem não ter permitido a identificação de mudanças no conhecimento dos familiares sobre sinais e sintomas do abuso sexual infantil. Talvez, se houvesse novas aplicações do instrumento após um período de tempo, e se houvesse mais oficinas que propiciassem tempo de reflexão mais prolongado, a pontuação média nos itens específicos atingisse níveis mais altos e a pontuação média nos itens inespecíficos declinasse, sendo então verificadas diferenças estatisticamente significativas.

Em relação ao *Exercício sobre abuso sexual para familiares* cabe lembrar que os exercícios aplicados para as duas turmas foram diferentes, e, por isso, as análises apresentam-se a seguir separadamente.

Na primeira turma, após a oficina realizada pelos professores sobre os sinais e sintomas que uma criança sexualmente abusada pode apresentar, todos os familiares identificaram sintomas relacionados a essa ocorrência. Dentre os sinais e sintomas citados por eles antes das oficinas, os seguintes podem estar relacionados à ocorrência de abuso sexual, ou seja, têm alguma relação com a possibilidade de o abuso sexual ter ocorrido ou estar ocorrendo: medo, vergonha, dores no corpo, sangramento, tristeza, choro, isolamento e nervosismo. Hiperatividade é um sintoma inespecífico de abuso sexual, sendo citado apenas antes das oficinas. Cabe ressaltar que os sinais e sintomas, de forma isolada, ou seja, sem a observação da sua frequência e dos antecedentes de comportamento da criança, não indicam suspeita de que o abuso sexual tenha ocorrido ou possa estar ocorrendo (Abrapia, 2004; Cavanagh-Johnson, 1998; Habigzang; Caminha, 2004; Sanderson, 2005).

Uma consideração relevante refere-se à possibilidade de denunciar a partir do conhecimento desses sinais e sintomas. O desconhecimento deles indica a possibilidade de o abuso sexual estar ocorrendo e a impossibilidade de o profissional identificar suspeitas e, conseqüentemente, proceder à denúncia. Por outro lado, saber quais são esses sinais e sintomas é uma etapa preliminar para proceder à denúncia, sendo necessário, a partir daí, avaliar o contexto da criança. Ou seja, é preciso conhecer quantos e quais são os sinais e sintomas, qual a frequência com que eles se apresentam, quando a criança começou a apresentá-los, quais eram os comportamentos da criança antes da sua identificação, quais os eventos que antecederam o surgimento deles, se há um conjunto ou se eles estão ocorrendo de forma isolada, e assim por diante.

Em relação à identificação de procedimentos relacionados à denúncia, dentre o total de 52 familiares, 32,7% apresentaram, antes das oficinas, respostas adequadas. Dentre esse total, 70,5% sabiam *quando* e *como* denunciar: 23,5% somente *quando* denunciar, e 5,8% *como* denunciar. As respostas enumeradas foram: denunciar ao Conselho Tutelar quando houver marcas físicas, constatações médicas ou testemunhas e, quando for confirmado, denunciar à polícia. Após a realização das oficinas, todos os familiares identificaram *procedimentos* relacionados a *como* e *quando* denunciar. Dentre os participantes, 15,4% mencionaram *quando* denunciar (“Quando houver suspeita de abuso sexual”, “Quando perceber os sintomas”, “Quando descobrir o abuso sexual”), e 9,6% apontaram o procedimento de denúncia (“Denunciar ao Conselho Tutelar”). Os demais participantes, 75%, identificaram *quando* e *como* proceder à denúncia (Tabela 1) (“Quando diagnosticado o abuso sexual comunicar ao Conselho Tutelar ou à DDM”; “Quando identificar a suspeita, conversar com a criança, levá-la ao médico e, então, comunicar às autoridades competentes”; “Quando houver constatações médicas ou testemunhas,

denunciar aos órgãos competentes”; “Quando houver hematomas denunciar à DDM”).

Na segunda turma, em relação a atitudes e procedimentos a serem tomados diante de uma suspeita de abuso sexual, simulados no exercício, 30,3% dos familiares apontaram, antes das oficinas, respostas adequadas. Após as oficinas, a porcentagem de respostas adequadas aumentou para 94,6%. As atitudes consideradas adequadas buscam garantir proteção integral à criança. Algumas delas são mais amplas, ou seja, envolvem mais de uma ação, o que potencializa a garantia de proteção à criança. Dentre todas as atitudes adequadas citadas pelos participantes, a maioria envolveu levar ao conhecimento dos órgãos competentes, o que seria o primeiro passo para desencadear as demais ações de proteção à criança. Em outras citações, os participantes envolveram ações de encaminhamento à criança, tais como buscar ajuda especializada de profissionais que possam identificar e trabalhar seqüelas do abuso sexual sofrido.

Cabe destacar uma categoria considerada como adequada, que indica a busca de ajuda para a criança e para o agressor, uma vez que a reabilitação desse configura-se como ação de prevenção, evitando que ele venha a praticar novos atos de abusos contra crianças (Brino; Williams, 2005). Diversos estudos apontam a necessidade de reabilitação dos agressores como forma de se prevenir a ocorrência de novos abusos, sendo essa ação considerada como muito adequada após a identificação de atos abusivos (Benetti, 2002; Finkelhor, 1986; Finkelhor; Araji, 1986; Jones; Finkelhor, 2003; Kraizer; Witte; Fryer Jr., 1989). A denúncia é a única forma de se enfrentar o problema, fazendo-se cessar os maus-tratos e iniciando-se tratamento para vítima e agressor (Brino; Williams, 2003b).

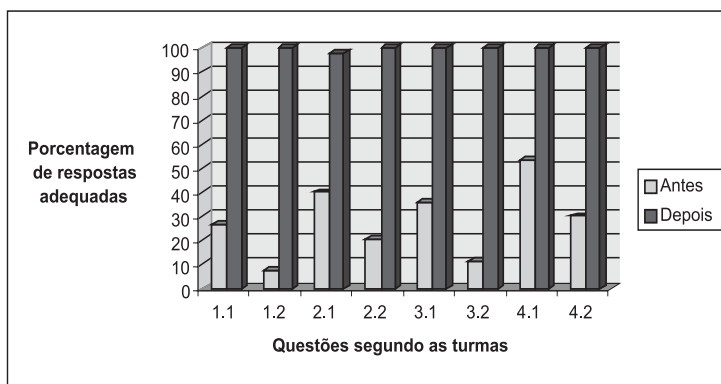
Em contrapartida, as ações citadas e consideradas inadequadas referiam-se, em grande parte, a ações de vingança ou fazer “justiça” com as próprias mãos, nas quais o familiar da criança decide o que fazer, sem comunicar às autoridades competentes o problema, correndo riscos como os de punir uma pessoa inocente, violar o direito de defesa da pessoa e provocar delitos e atos violentos.

Há, ainda, categorias inadequadas, como a de colocar a criança e o agressor frente a frente para esclarecer os fatos (*falar com a criança e o primo para esclarecer tudo*), que podem trazer mais danos à criança, na medida em que são situações de novas exposições a abusos. A criança pode se sentir ameaçada, envergonhada, culpada, acuada e, em muitos casos, até mesmo inclinada a negar que o abuso tenha ocorrido (Claudino; Cardoso, 1999).

Em relação ao *Exercício para aquisição de habilidades de autoproteção em crianças*, é importante ressaltar que os números totais de crianças são distintos para a 1ª e 2ª turmas, correspondendo a 47 e 49 crianças, respectivamente.

A Figura 5, a seguir, sumariza a porcentagem de repostas adequadas apresentadas pelas crianças das duas turmas, nas quatro questões do instrumento.

Figura 5 – Percentagem de Respostas Adequadas Apresentadas pelas Crianças das Duas Turmas nas Quatro Questões do Instrumento.



Os dados obtidos com as crianças indicam resultados positivos. Cabe ressaltar que as oficinas não trataram de abuso sexual especificamente em decorrência da sua faixa etária reduzida. Espera-se que, ao se deparar com a aproximação de um agressor e se a criança identificar em tal aproximação uma situação de que ela não goste, segundo os dados obtidos, ela saberá fazer todos os passos necessários para se autoprotger. Portanto, os resultados são animadores, pois demonstraram que, após duas oficinas, as crianças passaram a ser capazes de relacionar ações corretas diante de algo de que não gostam. No entanto, é importante considerar que o exercício aplicado identificou que as crianças saberiam dizer o que fariam, e suas repostas foram consideradas corretas após as oficinas. No entanto, não foi possível observá-las em uma situação simulada ou mesmo real para verificar o que fariam, ou seja, se elas realmente fariam o que disseram ao se encontrarem na situação de verdade. É fundamental considerar esse um primeiro passo para promover a autoproteção de crianças, sendo importante destacar que há necessidade, também, de outras ações de prevenção combinadas envolvendo adultos.

Renk et al. (2002), em uma meta-análise dos estudos acerca da prevenção do abuso sexual infantil, indicaram que os programas de prevenção têm se mostrado ineficazes na medida em que focalizam apenas as crianças como alvo das intervenções. As considerações de tal estudo direcionam-se aos aspectos dos programas que indiretamente responsabilizam a criança pela ocorrência do abuso, uma vez que centralizam suas práticas em esforços para ensiná-la a se proteger de avanços de agressores. Nesse sentido, o estudo conclui que adultos, tanto os cuidadores quanto os agressores, devem ser envolvidos nos programas de prevenção. Os dados obtidos no presente estudo demonstram a necessidade de se envolver adultos e crianças nos programas de prevenção, considerando-se que diferentes ações combinadas maximizam a possibilidade de proteção à criança.

Considerações Finais

A avaliação do programa permitiu compreender os aspectos positivos e outros que necessitam de modificações para que seja possível implantar ações preventivas do abuso sexual. A elaboração do programa partiu de aspectos apontados pela literatura, considerados importantes de serem incluídos nas estratégias para a capacitação dos professores. A avaliação teve como objetivo identificar a eficácia dessas estratégias e qual o alcance de um programa como o que foi desenvolvido no combate ao abuso sexual infantil. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que o objetivo final deveria ser o de apontar diretrizes para ações e políticas públicas de prevenção do abuso sexual infantil baseadas nessa avaliação.

Os dados permitem considerar que professores podem ser importantes agentes de prevenção do abuso sexual, uma vez que, de forma geral, o seu desempenho nos instrumentos melhorou do início do programa para o final. Em concordância com outros estudos descritos na literatura, os resultados indicaram que os professores apresentaram melhora em seu conhecimento acerca do abuso sexual após participarem do programa de intervenção (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988; Haugaard; Reppucci, 1989; Hazzard, 1984; Hazzard; Rupp, 1986; Stilwell; Lutzker; Greene, 1988; Wurtele et al., 1991).

É importante ressaltar que houve uma melhora significativa no desempenho do IAS para professores após a sua última aplicação, além do aumento na porcentagem de respostas adequadas no *Exercício sobre Abuso Sexual para Professores*, também após a última aplicação, demonstrando uma possível relação com a duração do programa, assim como foi verificado em outros estudos (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988; Stilwell; Lutzker; Greene, 1988; Wurtele et al., 1991). Parece ser possível apontar que um tempo prolongado de duração do programa produz melhora significativa no conhecimento do profissional sobre abuso sexual.

Além disso, ao atuarem junto aos familiares e às crianças, os profissionais também conseguiram produzir algumas mudanças em seu próprio desempenho nos instrumentos aplicados. Assim como descrito em outros estudos, a capacitação no assunto direcionada a pais por profissionais treinados parece garantir maior eficácia na aquisição de conhecimentos acerca de como identificar abuso sexual e como denunciar após a identificação (Kleemeier; Webb; Hazzard, 1988; Haugaard; Reppucci, 1989; Hazzard, 1984; Hazzard; Rupp, 1986; Stilwell; Lutzker; Greene, 1988; Wurtele et al., 1991).

Algumas questões específicas em relação aos resultados obtidos podem ser analisadas. O desempenho dos professores no *Indicadores de Abuso Sexual* demonstra que algumas considerações são necessárias para a implantação de ações de combate ao abuso sexual. Uma vez que parece relevante capacitar professores a identificar sinais e sintomas de abuso sexual para que eles identifiquem e denunciem quando houver alguma suspeita, os resultados apontaram que os professores, inicialmente, ficam bastante alarmados com os

sinais apresentados. Os dados obtidos por meio do IAS indicam que os professores melhoraram seu conhecimento sobre sinais específicos do abuso, o que parece demonstrar que eles seriam capazes de identificar suspeitas de abuso sexual entre as crianças de sua classe. No entanto, o mesmo não ocorre com os sinais e sintomas inespecíficos. Ou seja, os professores demonstraram dificuldade em discriminar sinais e sintomas inespecíficos, na medida em que todos os sinais eram considerados indicativos de abuso, sem a distinção esperada. Essa constatação pode indicar a possibilidade de uma denúncia infundada e exposição da criança a situações desnecessárias, na medida em que podem ser levantadas suspeitas com base em sinais inespecíficos do abuso. É importante que o profissional seja capaz de reconhecer sinais mais claros de abuso sexual e outros que não têm relação direta com o abuso para que a criança não seja exposta a uma situação que possa trazer prejuízos ao seu desenvolvimento. Além disso, levantar suspeitas infundadas de abuso incorre em procurar os suspeitos, o que pode levar a complicações na vida de pessoas inocentes. Parece importante investigar se programas mais duradouros possibilitariam que professores passassem a discriminar itens inespecíficos do abuso sexual. Além disso, o acompanhamento de professores ao avaliarem sinais e sintomas de abuso sexual por profissionais especializados poderia auxiliar na identificação de itens inespecíficos por parte desses ao identificarem uma suspeita de abuso sexual entre seus alunos.

Em seguida à identificação de suspeitas de abuso sexual, o profissional se depara com qual atitude tomar. Os dados obtidos apontaram que professores, após o período do curso, eram capazes de descrever procedimentos mais adequados diante de uma suspeita. A diferença entre respostas adequadas, antes e depois do curso, é bastante expressiva. Nesse aspecto, faz-se necessária uma reflexão sobre o que efetivamente o profissional faria. Assim como indicado no *Exercício sobre Abuso Sexual para Professores*, eles sabiam dizer qual o procedimento adequado ao identificar uma suspeita de abuso sexual após o término do curso, mas não é possível assegurar que ao se depararem com uma suspeita real de abuso efetivamente tomariam as atitudes que haviam indicado como necessárias. Cabe lembrar, todavia, que saber apontar o procedimento adequado após uma identificação de suspeita de abuso sexual é a primeira etapa para efetivamente fazer a denúncia.

Em relação às atividades práticas realizadas pelos professores, os familiares não apresentaram modificações em seu desempenho no IAS, fato que pode estar relacionado a dois fatores: a) ao próprio desempenho dos professores no IAS e b) ao tempo de duração das oficinas com os familiares. O fato de os próprios professores não terem obtido máximo desempenho no IAS pode ter comprometido o desempenho dos familiares no instrumento. Para que houvesse uma modificação no desempenho dos familiares, seria necessário, talvez, um intervalo maior de tempo entre as aplicações e até mesmo um tempo maior de capacitação.

A partir dos dados das crianças, pôde-se perceber que elas eram capazes de dar respostas corretas aos professores após as oficinas realizadas durante as atividades corriqueiras da escola. Os dados sugerem que os professores foram bastante criativos e planejaram as atividades com as crianças de forma autônoma, selecionando os materiais e as atividades, sem depender da pesquisadora. Além disso, há desdobramentos importantes das oficinas com as crianças, o que sugere a possibilidade de que se tornem uma atividade constante, realizada todos os anos, com dados qualitativos pertinentes, como o relato à mãe feito por uma criança que participou da oficina, demonstrando o que aprendera e indicando quais atividades foram significativas para ela.

Um importante apontamento foi a obtenção de dados semelhantes nos mesmos instrumentos de avaliação utilizados para as duas turmas. O estudo com a primeira turma foi replicado com a segunda turma, obtendo-se resultados semelhantes.

Como apontamentos para a realização de futuros programas, sugerem-se: a) programas com tempo maior de duração e com maior número de medidas para que se possa verificar se há modificações ao longo do tempo; b) suporte especializado ao programa, ou seja, uma equipe de profissionais especializados que possam prestar assessoria constante em casos de suspeita de abuso e necessidade de denúncia; c) programas envolvendo a escola e a família, capacitando adultos e crianças sem focalizar apenas um deles.

Notas

1. Análise de variância não paramétrica – permite a comparação de conjunto de dados correspondentes aos tratamentos e comparações de medianas relacionadas aos conjuntos de dados.
2. Análise de variância não paramétrica – permite a comparação de conjunto de dados correspondentes aos tratamentos e comparações de medianas relacionadas aos conjuntos de dados.

Referências

- ABRAPIA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Abuso Sexual Infantil**. Disponível em: <<http://www.abrapia.com.br>>. Acesso em: 28 maio 2004.
- ARAÚJO, M.F. Violência e Abuso Sexual Na Família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2002.
- BENETTI, S.P.C. Maus-tratos da Criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C.S. (Org.). **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 131-150.

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8,069 de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Directos Humanos, 2004.
- BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Capacitação Do Educador Acerca do Abuso Sexual Infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 1-11, 2003a.
- _____. Concepções da Professora Acerca do Abuso Sexual Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 113-128, jul. 2003b.
- _____. Prevenção Primária e Secundária do Abuso Sexual Infantil. In: GUILHARDI, H.J.; AGUIRRE, N.C. (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**: expondo a variabilidade. Santo André: ESETEC(2005). P. 174-184.
- CAVANAGH-JOHNSON, T. **Understanding Children's Sexual Behaviors**: what's natural and health. California: Toni Cavanagh Johnson, 1998.
- CLAUDINO, C.S.; CARDOSO, M.E.M. **Violência Sexual**: passos para abordagem à vítima. Florianópolis: Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, 1999.
- CUNNINGHAM, A.H.; SAS, L.D. **The Role of School Programs in Disclosure**: tipping the balance to tell the secret: the public discovery of child sexual abuse. Ontario, Canadá: London Family Court Clinic, 1995.
- DREZETT, J. Aspectos Biopsicossociais da Violência Sexual. **Jornal da Rede Saúde**, São Paulo, n. 22, p. 18-21, 2000.
- ELROAD, J.M.; RUBIN, R.H. Parental Involvement in Sexual Abuse Prevention Education. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 17, p. 527-538, 1993.
- FAGOT, B.I. et al. A Comparison of the Play Behaviors of Sexually Abused, Physically Abused and Nonabused Preschool Children. **Topics in Early Childhood Especial Education**, Flórida, v. 9, n. 2, p. 88-100, 1989.
- FINKELHOR, D. Prevention: a review of programs and research. In: Finkelhor, D. (Ed.). **A Sourcebook on Child Sexual Abuse**. Beverly Hills, CA: Sage, 1986. p. 224-254.
- FINKELHOR, D.; ARAJI, S. Explanations of Pedophilia: a four-factor model. **The Journal of Sex Research**, Allentown, v. 22, n. 2, p. 145-161, 1986.
- FLORES, R.Z. Definir e Medir o Que São Abusos Sexuais. In: LEAL, M.F.P.; CÉSAR, M.A. (Orgs.). **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Ministério da Justiça, CESE, 1998.
- FLORES, R.Z. et al. O Efeito da Capacitação em Profissionais da Área da Saúde No Reconhecimento dos Indicadores de Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes. XXXI Reunião Anual de Psicologia, 23, 2001, Rio de Janeiro. **Anais**: resumo. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001. p. 274-274.
- FRANCO DOS SANTOS, Maria Fátima. **Violência Sexual**. Campinas: Editora Alínea, 1997.
- FRYER, G.E.; KRAIZER, S.K.; MIYOSHI, M.S.W. Measuring Actual Reduction of Risk To Child Abuse: a new approach. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 11, p. 173-179, 1987.

- GIBSON, L.; LEITENBERG, H. Child Sexual Abuse Prevention Programs: do they decrease the occurrence of child sexual abuse? **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 24, p. 1115-1125, 2000.
- GOICOECHEA, A.H. **Abuso Sexual Infantil**: manual de formación para profesionales. Madrid: Save the Children; Ministério de Trabajo Y Asuntos Sociales, 2001.
- HABIGZANG, L.F.; CAMINHA, R.M. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes**: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- HARVEY, P. et al. The Prevention of Sexual Abuse: examination of the effectiveness of a program with kindergarten-age children. **Behavior Therapy**, New York, n. 19, p. 429-435, 1988.
- HAUGAARD, J.J.; REPPUCCI, N.D. Prevention of Child Sexual Abuse: myth or reality. **American Psychologist**, Washington, n. 44, p. 1266-1275, 1989.
- HAZZARD, A. Training Teachers to Identify and Intervene with Abused Children. **Journal of Clinical Child Psychology**, Oklahoma, v. 13, n. 3, p. 288-293, 1984.
- HAZZARD, A.; RUPP, G. A note on the knowledge and attitudes of professional groups toward child abuse. **Journal of Community Psychology**, New York, n. 14, p. 219-223, 1986.
- JONES, L.M.; FINKELHOR, D. Putting Together Evidence on Declining Trends in Sexual Abuse: a complex puzzle. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, v. 27, n. 2, p. 133-135, 2003.
- KLEEMEIER, C.; WEBB, C.; HAZZARD, A. Child Sexual Abuse Prevention: evaluation of a teacher training model. **Child Abuse and Neglect**, Elmsford, n. 12, p. 555-561, 1988.
- KRAIZER, S.; WITTE, S.S.; FRYER JR. G.E. Child Sexual Abuse Prevention Programs: what makes them effective in protecting children? **Children Today**, Washington, n. 18, p. 23-27, 1989.
- LERNER, T. Tratamento Em Situações de Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. **Jornal da Rede Saúde**, São Paulo, n. 22, p. 15-16, 2000.
- LIDCHI, V.G. O Processo de Entrevistar em Casos de Abuso Sexual: parte I: entrevistando menores vítimas de abuso sexual. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 30-34, 2004.
- PADILHA, M.G.S. **Prevenção Primária de Abuso Sexual**: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- RENK, K. et al. Prevention of Child Sexual Abuse: are we doing enough? **Trauma, Violence & Abuse**, Washington, v. 3, n. 1, p. 68-84, 2002.
- REPPOLD, C.T et al. Prevenção de Problemas de Comportamento e o Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: HUTZ, C.S. (Org.). **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 7-51.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual Em Crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. (Tradução de Frank de Oliveira). São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

STILWELL, S.L.; LUTZKER, J.R.; GREENE, B.F. Evaluation of a sexual abuse prevention program for preschoolers. **Journal of family Violence**, n. 3, p. 269-281, 1988.

VOGELTANZ, N.D.; DRABMAN, R.S. A Procedure for Evaluating Young Children Suspected of Being Sexually Abused. **Behavior Therapy**, New York, n. 26, p. 579-597, 1995.

WILLIAMS, L.C.A.; BRINO, R.F. Child Sexual Abuse Charges In A Mid-Size Brazilian City: where do we go from here? AN INTERNATIONAL RESEARCH CONFERENCE, 11 a 14 July. 2004, Portsmouth, New Hampshire. **Victimization of Children and Youth**: D-67. Portsmouth, New Hampshire: Family Research Laboratory & Crimes Against Children Research Center, 2004.

WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. In: MASH, G.; BARKLEY, R. (Orgs.). **Treatment for Childhood Disorders**. New York: Guilford Press, 1998. p. 545-597.

WURTELE, S.K. School-Based Sexual Abuse Prevention Programs: a review. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 11, p. 483-495, 1987.

WURTELE, S.K. Teaching Personal Safety Skills to Four-Year-Old Children: a behaviorism approach. **Behavior Therapy**, New York, n. 21, p. 25-32, 1990.

WURTELE, S.K.; SASLAWSKY, D. Teaching Personal Safety Skills for Potential Prevention of Sexual Abuse: a comparison of treatments. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Arlington, n. 54, p. 668-692, 1986.

WURTELE, S.K.; KAST, L.C.; MELZER, A.M. Sexual Abuse Prevention Education for Young Children: a comparison of teachers and parents as instructors. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 16, p. 865-876, 1992.

WURTELE, S.K. et al. A Comparison of Programs for Teaching Personal Safety Skills to Preschoolers. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Arlington, n. 57, p. 505-511, 1989.

WURTELE, S.K. et al. A Comparison of Teachers vs. Parents as Instructors of a Personal Safety Program for Preschoolers. **Child Abuse & Neglect**, Elmsford, n. 16, p. 127-137, 1992.

WURTELE, S.K. et al. The Efficacy of a Parent-Implemented Program for Teaching Preschoolers Personal Safety Skills. **Behavior Therapy**, Washington, n. 22, p. 69-83, 1991.

Rachel de Faria Brino e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, SP.

e.mail: brino@power.ufscar.br

